



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 76/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO Nº 48944/2025

1. DA QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL:	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ENDEREÇO:	AVENIDA AUGUSTO FRANCO, Nº 3.150 – CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE SENADOR GILVAN ROCHA, bairro ponto novo – CEP: 49.097-670, ARACAJU/SE
CNPJ Nº	04.384.829/0001-96
REPRESENTANTE LEGAL:	SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE – JARDEL MITERMAYER GÓIS
CPF Nº:	###.454.925-##
PROFISSÃO:	GESTOR
ESTADO CIVIL:	CASADO

2. DA QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL:	HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSO SENHOR DOS PASSOS
ENDEREÇO:	SEDE À AVENIDA MAMEDE FERNANDES DANTAS, 106, DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO, SE, CEP 49100-113
TELEFONE:	(79) 99607-2406 / (79) 99604-1906
E-MAIL:	HOSPITALPASSOS@GMAIL.COM
CNPJ Nº.	13.092.374/0001-26
REPRESENTANTE LEGAL:	ELLEN DENISE PRADO ALMEIDA
CPF Nº.	###.360.355-##
CNES:	2545829

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual Nº 342/2023 e sua legislação suplementar, nos artigos 196, 197, 198 e 199 § 1º da CF; os artigos 24 e 25 da Lei 8.080/90, artigo 100 e seguintes da Lei 6.345/08; Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008; Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Art. 22 do Decreto nº 7.508/2011 e no Art. 70, inciso II da Lei nº 8.080/1990; Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013; e demais normas e legislação específica mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (Art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação do Hospital e Maternidade Nosso Senhor dos Passos, localizado no município de São Cristóvão/SE, para prestação de serviços de saúde, através da disponibilização pela contratada, da capacidade operacional e instalada (compreendendo: estrutura física,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

recursos humanos, mobiliários, equipamentos, materiais e insumos) com vistas à inserção da unidade na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde do Estado de Sergipe, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Documento Descritivo, ANEXO I, partes integrantes deste contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) a proposta da contratada;
- c) o Documento Descritivo – ANEXO I;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (Art. 92, incisos IV, VII e XVIII)

2.1. A execução do presente Contrato observará o disposto neste instrumento, bem como o previsto no Termo de Referência e no Documento Descritivo.

2.2. Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização utilizarão procedimentos de supervisão indireta ou local, bem como verificarão, controlarão e avaliarão os serviços prestados, sob critérios definidos em normatizações pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 - Na execução do presente instrumento, as partes deverão observar as seguintes condições gerais:

- a) Início da execução do objeto, será imediato, após a assinatura do contrato;
- b) Acesso ao SUS faz-se preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- c) Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com os protocolos e normas de acesso/regulação definidos pelo Sistema Interfederativo de Garantia de Acesso Universal – SIGAU;
- d) A prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, através da RENAME, excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Ética Médica;
- e) Gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados no âmbito do contrato, para pacientes SUS;
- f) Atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS, bem como
- g) seguro, de acordo com o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);
- h) Observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo
- i) Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;
- j) Observância às normas do Sistema Nacional de Auditoria e Sistema Estadual de Auditoria do SUS;
- k) As ações e serviços de saúde contratados devem observar todas as normas técnicas e administrativas e os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, inclusive aquelas editadas pela Secretaria de Estado da Saúde;
- l) A assistência deve ser igualitária e equitativa, sem discriminação de qualquer natureza, nos moldes do que for contratado pelo Estado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- a) Manter-se em pleno funcionamento durante as 24 horas do dia, nos sete dias da semana, com todo o pessoal, materiais, instalações, equipamentos e insumos necessários ao atendimento da população que lhe for referenciada, sem ônus para a população;
- b) Executar, conforme a melhor técnica, os atendimentos, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações. A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados, devidamente inscritos em seus respectivos conselhos de classe;
- c) Os serviços deverão ser prestados diretamente por profissionais da Contratada ou por profissionais a ela vinculados, ou ainda, por ela autorizados e admitidos nas suas dependências para prestar serviços, esses não poderão sofrer interrupção, por motivo de férias, licença médica, demissão, etc.;
- d) Atender às legislações dos conselhos de classe, de acordo com os níveis de assistência e habilitações da contratada;
- e) Responsabilizar-se pelas despesas com todos os encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, por todos os ônus referentes aos serviços contratados, e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto deste documento, bem como por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas o paciente ou seus empregados, quando em serviços;
- f) Responder por quaisquer danos que venham a ser causados por seus prepostos, empregados ou supervisores, a terceiros ou à Contratante, ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;
- g) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, vinculado ou preposto, em razão da execução do contrato;
- h) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o seu correto arquivamento;
- i) Manter os prontuários, as fichas e os documentos de solicitação de Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT's à disposição da Secretaria Estadual de Saúde para fins de avaliação, controle e auditoria;
- j) Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- k) Disponibilizar o acesso aos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica;
- l) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, assim identificada quando não for autorizada pelo paciente e não houver homologação junto ao conselho de ética correspondente;
- m) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- n) Disponibilizar, sem ônus ao paciente SUS que lhe for referenciado ou contra-referenciado, de forma ininterrupta, todo o pessoal, instalações, equipamentos, medicamentos e insumos necessários ao atendimento e tratamento;
- o) Justificar as razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido, por escrito, pelo paciente ou por seu responsável;
- p) Esclarecer os pacientes e/ou acompanhantes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- q) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou de obrigação legal;
- r) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS;
- s) Submeter-se à utilização do Sistema Cartão Nacional de Saúde e a prestar informações aos gestores do SUS;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- t) Cumprir todas as metas e condições especificadas no Documento Descritivo, parte integrante deste documento;
- u) Abster-se de recusar ou dificultar o atendimento de procedimentos constantes no presente contrato, devidamente regulados, e dentro do perfil da instituição;
- v) Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ou outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), cabendo à contratante providenciar a atualização dos dados informados após o pedido formal da contratada, com exceção das alterações que somente podem ser viabilizadas pelo Ministério da Saúde;
- w) Cumprir as normas e os procedimentos relativos à apresentação de faturas mensais determinadas pelo Ministério da Saúde, e/ou pela Secretaria do Estado da Saúde, principalmente aquelas concernentes às Autorizações de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC's), Autorizações de Internações Hospitalares (AIH's), procedimentos ambulatoriais (SIA's), e procedimentos outros autorizados pela Central de Regulação e demais normas e procedimentos;
- x) Atender a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- y) Promover os serviços de limpeza, assepsia e higienização predial interna e externa, bem como a garantia do uso de materiais devidamente esterilizados conforme a RDC/50 e acompanhados de avaliações constantes pelo Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar;
- z) Dar destino adequado ao lixo hospitalar, resíduos biológicos ou radioativos conforme normas da Vigilância Sanitária;
- aa) Atender a Resolução de Diretoria Colegiada — RDC ANVISA nº 306, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- b) Atender a NR 32 Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;
- cc) Prover os insumos necessários à assistência ambulatorial e hospitalar, tais como, roupas, serviço de lavanderia, esterilização de material, medicamentos, materiais médico-cirúrgicos, alimentação e limpeza dos ambientes, em conformidade com as determinações técnicas, normas e protocolos operacionais vigentes;
- dd) Dispor de registro das normas institucionais e das rotinas relacionadas a biossegurança, contemplando, no mínimo, os seguintes itens: condutas de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental; instruções de uso para os equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC); procedimentos em caso de acidentes; manuseio e transporte de material e amostra biológica; a contratada deverá disponibilizar equipamentos de proteção individual;
- ee) Prover os materiais especiais solicitados pelos profissionais de acordo às definições contidas na normatização em vigor;
- ff) Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas;
- gg) Disponibilizar leitos hospitalares SUS condizentes e suficientes para prestação dos serviços, conforme descrito no Anexo I, esses leitos deverão ser identificados como leitos SUS e ocupados somente por pacientes SUS;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- hh) Comunicar à Contratante, com propostas de soluções visando a não interrupção da assistência, situações em que equipamentos apresentarem defeitos técnicos ou necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais;
- ii) Ter constituídas e em permanente funcionamento as comissões assessoras obrigatórias pertinentes a todos os estabelecimentos hospitalares, que são: Comissão de Ética Médica e de Enfermagem; Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), com Núcleo de Segurança do Paciente (NSP); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Comissão de Óbitos; Comissão de Revisão de Prontuários; Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional; Comissão de Farmácia e Terapêutica; e Comissão de Proteção Radiológica. Quando couber, ter as comissões assessoras pertinentes, de acordo com o perfil assistencial do estabelecimento hospitalar;
- jj) Submeter todos os serviços contratados à Regulação, através do Sistema Interfederativo de Garantia de Acesso Universal (SIGAU), bem como executá-los mediante autorização, conforme as regras do processo de regulação já instituídas ou que venham a ser implantadas pelo gestor do SUS;
- kk) Atender as determinações do Sistema de Auditoria, Controle, Avaliação e Regulação da contratante;
- ll) Ceder, dentro de sua estrutura física, ambiente adequado para atuação da Auditoria Estadual, autorizando livre acesso à documentação que se fizer necessário e às dependências da unidade;
- mm) Garantir os parâmetros e indicadores de qualidades exigidos em Portarias Ministeriais e/ou Estaduais, para manutenção das habilitações atualmente vigentes e outras que surjam no decorrer do contrato;
- nn) Dispor de registro das normas institucionais e das rotinas dos procedimentos assistenciais e administrativos realizados na unidade.
- oo) Dispor de Agência Transfusional com hemocomponentes e hemoderivados provenientes, preferencialmente, do Centro de Hemoterapia de Sergipe - Hemose, podendo ser utilizado de outra instituição em caso de indisponibilidade daquele;
- pp) Notificar suspeitas de violência e negligência, de acordo com a legislação específica.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- a) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- b) Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- c) Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente Contrato;
- d) Realizar periodicamente visitas in loco, através da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Contrato Hospitalares - CAACH, a fim de elaborar relatórios para analisar e avaliar as ações e serviços contratados;
- e) Solicitar credenciamento/habilitação dos serviços ofertados pela contratante junto ao Ministério da Saúde, nos termos estabelecidos nas regulamentações.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSTENTABILIDADE

6.1 Com vistas à mitigação de impactos ambientais, a CONTRATADA deverá assegurar o adequado gerenciamento dos resíduos gerados na execução do objeto contratual, incluindo resíduos de serviços de saúde, biológicos e, quando houver, radioativos, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- a) A CONTRATADA obriga-se a realizar a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, observando as normas expedidas pelos órgãos ambientais e pela vigilância sanitária.
- b) A CONTRATADA deverá manter documentação comprobatória da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, disponibilizando-a à CONTRATANTE sempre que solicitado.
- c) O descumprimento das obrigações ambientais sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas contratualmente e na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO (Art. 122 e parágrafos c/c o Art. 118 do Decreto Estadual Nº 342/2023)

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto do contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A fiscalização da presente contratação será exercida pelos(as) servidores(as) da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Contratos Hospitalares - CAACH, conforme designado no Documento de Formalização de Demanda;

8.1.1 A Contratante instituirá Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Contratos Hospitalares - CAACH, composta por no mínimo 03 (três) membros, sendo um deles representante da Contratada, que elaborarão relatório conjunto, facultadas anotações particulares de cada um dos seus membros.

8.1.2 A CAACH não tem atribuição fiscalizadora financeira. Ela apenas acompanha a execução do contrato e o desempenho da Contratada, para fins de pagamento, não substituindo nem complementando as atividades próprias dos órgãos de Controle Interno e Externo das partes.

8.1.3 No desempenho de suas funções, a CAACH terá livre acesso às dependências da Contratada, podendo solicitar os documentos e as informações que julgar necessárias para formatar o seu relatório mensal de avaliação.

8.1.4 Eventuais dificuldades na obtenção das informações e/ou documentos pela Comissão devem ser por essas informadas por escrito à Contratada e à Contratante, devendo a Contratada, se for o caso, suprir a falha sob pena de atraso na formatação do relatório e consequente atraso no pagamento à Contratada.

8.1.5 O relatório da CAACH conterá, dentre outras informações que qualquer de seus membros compreenderem importantes, as seguintes avaliações para fim de pagamento da Contratada:

I. Avaliação das metas estabelecidas deste documento;

II. Anotações relativas ao cumprimento do Contrato e quanto a eventuais dificuldades de produção por ato/fato estranho a governança da Contratada.

8.1.6 A CAACH deverá apresentar seu relatório à Contratante em até 15 dias após o processamento pelo Gestor Estadual de Saúde das informações de Produção da Unidade nos Sistemas de Informações Oficiais do SUS (SIA/SIH-SUS) relativos à competência.

8.1.7 O relatório da CAACH servirá de base para o pagamento da fatura mensal da Unidade e, portanto, será formatada com todas as informações necessárias à determinação do montante de pagamento, observando as cláusulas desse contrato.

8.1.8 A CAACH deverá ainda:

I. Monitorar e avaliar o cumprimento do contrato;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

II. Propor readequações nos serviços pactuados, nos recursos financeiros, e outras que se fizerem necessárias nas cláusulas contratuais, desde que essas não alterem seu objeto, bem como propor readequações das pactuações do Contrato;

III. Sinalizar para observação do item anterior quando verificar por 03 (três) meses consecutivos ou 05 (cinco) alternados que a produção estimada foi superior ou inferior a programada.

8.1. A CAAC na avaliação de cumprimento das metas programadas deverá observar para indicação de pagamento mensal o item 6. METODOLOGIA PARA PAGAMENTO no Documento Descritivo, ANEXO I deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste CONTRATO correrão no presente exercício, à conta da Dotação Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde da CONTRATANTE, conforme especificado abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA	PROJETO/ATIVIDADE / AÇÃO 476	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	C.O	VALOR TOTAL
20.401	10.302.0017	240	3.3.90.39	1600	0000	4.073.991,60
				16000004- FAEC	0000	6.206.631,12
				1500	1002	12.205.058,16

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Para a execução do presente contrato, estima-se o valor anual de **R\$ 22.486.058,16** (vinte e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), correspondente ao valor mensal estimado de **R\$ 1.873.838,18** (um milhão, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), conforme o Quadro de Detalhamento abaixo, e constante do Documento Descritivo (Anexo I), onerando recursos de origem federal e estadual.

10.2 – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

COMPONENTE – PRÉ FIXADO	Mensal (R\$)	12 meses (R\$)
Porta de Urgência e Emergência	300.000,00	3.600.000,00
TOTAL PRÉ-FIXADO	300.000,00	3.600.000,00

II – COMPONENTE (AMBULATORIAL E HOSPITALAR)

COMPONENTE	Mensal (R\$)	12 meses (R\$)
Procedimentos Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade	360.883,33	4.330.599,96
Procedimentos Hospitalares (Clínicos, Cirúrgicos e afins)	200.731,53	2.408.778,36
TOTAL (AMBULATORIAL E HOSPITALAR)	561.614,86	6.739.378,32

III – COMPONENTE FAEC

COMPONENTE	Mensal (R\$)	12 meses (R\$)
Procedimentos Hospitalares – Cirurgia de Mama (Mamoplastia Redutora)	322.862,00	3.874.344,00
Procedimentos Hospitalares – Cirurgia do Aparelho Digestivo	267.862,76	3.214.353,12



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Procedimentos Hospitalares – Cirurgia do Aparelho Geniturinário	305.674,56	3.668.094,72
Procedimentos Hospitalares – Oftalmologia (Pterígio)	50.000,00	600.000,00
Procedimentos Hospitalares – Oftalmologia (Demais Procedimentos)	65.824,00	789.888,00
TOTAL FAEC	1.012.223,32	12.146.679,84

IV – TOTAL GERAL

DESCRIÇÃO	Mensal (R\$)	12 meses (R\$)
TOTAL GERAL DO CONTRATO	1.873.838,18	22.486.058,16

10.3. Os valores consignados nesta cláusula correspondem à proposta assistencial e financeira aprovada pela CONTRATANTE, constante dos autos do Processo nº 48.944/2025, às fls. 138/148, integrando o presente instrumento para todos os fins de direito.

10.4. A remuneração dos serviços contratados observará os componentes assistenciais previstos no Plano Operativo (Programação de atendimento) e a **metodologia de pagamento estabelecida no item 6.0 do Documento Descritivo (Anexo I)**, especialmente quanto aos critérios de apuração da produção, avaliação de desempenho, cumprimento de metas e aplicação do escalonamento de pagamento.

10.5. Os pagamentos serão realizados de acordo com a natureza de cada componente assistencial contratado, observadas as regras, condições, critérios de processamento, validação da produção e percentuais de remuneração previstos no Documento Descritivo (Anexo I), que integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

10.6. O escalonamento de pagamento das metas quantitativas e qualitativas observará os parâmetros, faixas de desempenho e percentuais de remuneração estabelecidos no item 6.1 do Documento Descritivo (Anexo I), cuja aplicação será vinculada ao resultado da avaliação periódica realizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

11.1 O reajuste contratual será mediante aplicação anual do menor percentual apurado entre o IPC-Saúde e o Índice de Preços de Serviços – FIPE, após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data-base do contrato, observadas as disposições legais vigentes e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

11.2. No que se refere à revisão contratual, eventual recomposição do equilíbrio econômico financeiro deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.080/1990, especialmente o § 5º do art. 26, incluído pela Lei Federal nº 14.820/2024, bem como depender de regular instrução processual, acompanhada de análise técnica, financeira e jurídica específica, mediante demonstração objetiva da ocorrência dos pressupostos legais que justifiquem a revisão pleiteado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 120 a 122 do Decreto Estadual nº 342/2023, desde que demonstradas:

- a) a manutenção da necessidade da contratação;
- b) a vantajosidade econômica para a Administração;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- c) a existência de dotação orçamentária;
d) a regularidade da execução contratual; e) a manutenção das condições de habilitação da contratada.
12.2 A prorrogação deverá ser formalizada mediante termo aditivo e precedida de justificativa técnica e administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO
(Art. 92, III da Lei 14.133/2021).

13.1 Aplicam-se a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 342/2023 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

13.1 Pelo atraso injustificado na execução do Contrato a ser firmado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, garantido a prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia, sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração.

13.1. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com os órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo;
- c) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas especialmente no tocante às situações previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021. Parágrafo primeiro - O Contrato poderá ser rescindido, também por conveniência administrativa, a Juízo da Contratante, sem que seja necessária qualquer ação ou interpelação judicial, ou quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

- a) Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela CONTRATANTE;
- b) Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes da CONTRATANTE ou do Ministério da Saúde;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- c) Pela não entrega dos relatórios mensais;
- d) Pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.

14.2. No caso de rescisão do Contrato a Contratante fica obrigada a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às obrigações contratuais e à adequada proteção de dados pessoais, em razão do presente Contrato.

§1º Os dados pessoais obtidos em decorrência da execução deste Contrato somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, observados os princípios do art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

§2º É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses autorizadas em lei ou quando necessário à execução do contrato e às políticas públicas de saúde, devidamente justificadas.

§3º O CONTRATADO deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

§4º O CONTRATADO deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados.

§5º Encerrada a execução contratual, os dados pessoais tratados deverão ser eliminados, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei, nos termos dos arts. 15 e 16 da LGPD.

§6º O CONTRATADO deverá assegurar que seus empregados, prepostos e eventuais suboperadores observem as disposições desta cláusula, permanecendo responsável integralmente por seu cumprimento.

§7º A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificar o cumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, devendo o CONTRATADO prestar todas as informações solicitadas.

§8º O tratamento de dados pessoais no âmbito deste Contrato deverá observar, sempre que aplicável, a finalidade pública e a execução de políticas públicas de saúde, nos termos do art. 7º, inciso III, da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE (Lei Estadual nº 8.866/2021 c/c Decreto Estadual nº 41.008/21)

17.1 Por determinação da Lei Ordinária Estadual nº 8.866, de 07 de Julho de 2021, alterada pela Lei nº 9.267 de 06 de setembro de 2023, fica estabelecida a obrigatoriedade de instituição de "Programa de Integridade" em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de dispensa ou inexigibilidade de licitação com a Administração Pública Direta e Indireta, assim como com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Sergipe, além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública Estaduais, e com prazo de contrato igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, cujos limites em valor global sejam iguais ou superiores a:

- a) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para obras e serviços de engenharia e de gestão;
- b) R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para compras e serviços, bem como outros contratos administrativos em geral, não previstos neste artigo.

17.2 O Programa de Integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública do Estado de Sergipe.

17.3. A implantação do Programa de Integridade tem por objetivo:

- a) proteger a Administração Pública de atos lesivos que resultem prejuízos financeiros causados por irregularidades, desvios de ética e de conduta e fraudes contratuais;
- b) garantir a execução dos contratos em conformidade com a Lei e regularmente pertinentes a cada atividade contratada;
- c) reduzir os riscos inerentes aos contratos, provendo maior segurança e transparência em sua consecução;
- d) obter melhores desempenhos e garantir a qualidade nas relações contratuais.

17.4. O descumprimento da exigência prevista nesta Lei pode implicar em sanção de multa de até 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, além de, sem prejuízo da multa aplicada, impossibilidade de aditamento contratual, rescisão unilateral do contrato e impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado, pelo período de 02 (dois) anos ou até a efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

- a) O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato.
- b) O cumprimento das exigências estabelecidas nesta Lei, mediante atestado do órgão ou entidade pública quanto à existência e aplicação do Programa de Integridade, faz cessar a aplicação da multa.
- c) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não afasta a incidência de multa.
- d) Os valores decorrentes das multas previstas no "caput" deste artigo devem ser direcionados ao orçamento da Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC.
- e) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- f) A sucessora se responsabilizará pelo cumprimento da exigência na forma desta Lei.
- g) A empresa que possuir o Programa de Integridade implantado deve apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência, nos termos desta Lei.
- h) A implantação do Programa de Integridade, no âmbito da pessoa jurídica, deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato.
- i) Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes devem correr à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.
- j) Para que o Programa de Integridade seja avaliado e certificado, a pessoa jurídica deve apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa a órgão indicado pelo Poder Executivo, além cumprir todas as exigências determinadas em regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade licitante, no portal de compras do Estado de Sergipe – COMPRASNET.SE e seu extrato no Diário Oficial do Estado de Sergipe em atenção ao art. 143, caput, do Decreto Estadual nº 342/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Aracaju, estado de Sergipe, para dirimir questões sobre a execução do presente contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes.

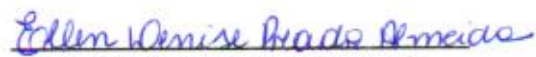


GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

20.2. E, por estarem certos e ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor que depois de lidas, conferidas e achado conforme vai assinado pelas partes.

Aracaju, 10 de 07 de 2026


JARDEL MITERMAYER GOIS
SECRETÁRIO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONTRATANTE


ELLEN DENISE PRADO ALMEIDA
HOSPITAL NOSSO SENHOR DOS PASSOS - HNSP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

ANEXO I
DOCUMENTO DESCRITIVO

CONTRATO Nº 76/2026

Razão Social:

Hospital e Maternidade Nosso Senhor dos Passos

Endereço:

Avenida Mamede Fernandes Dantas, nº 106, Bairro Centro

CEP: 49100-110 – São Cristóvão/SE

O Documento Descritivo, parte integrante do contrato a ser celebrado entre a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - Contratante e a Contratada, tem por objetivo definir a missão institucional da contratada, no âmbito do modelo assistencial estabelecido para o SUS, definir as suas áreas de atuação, as metas a serem atingidas para acompanhamento e a avaliação da efetividade do contrato celebrado entre as partes, tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal, artigo 196 e seguintes, a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90 e Lei nº 8.142/90, a portaria MS nº. 399 de 31/05/06 e Portaria de Consolidação nº 01 28/09/2017.

1. AÇÕES E SERVIÇOS

As ações e serviços contratados devem considerar as características assistenciais da unidade contratada, sua vocação, sua densidade tecnológica, atribuições e compromissos decorrentes de habilitação e sua missão, em regime de cooperação mútua entre os partícipes na Assistência à Saúde no campo da assistência médico-hospitalar, utilizando-se de profissionais capacitados e das melhores técnicas possíveis, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, de acordo com os princípios do SUS.

Sua estrutura deverá se inserir na Rede de Atenção à Saúde do Estado com a missão de se caracterizar como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários que necessitem dos serviços contratados, particularmente nas áreas de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

A prestação dos serviços deve estar de acordo com os procedimentos descritos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na impossibilidade de prestação do serviço contratado por motivo próprio, o hospital deverá informar oficialmente, por escrito, o fato à contratante e se responsabilizará em dar resolução para não interrupção do serviço ofertado em prazo não superior a 48 horas, sendo dele o ônus.

Integram os serviços a serem contratados, dentre outros:

- Apoio diagnóstico e terapêutico (SADT);
- Serviços de arquivo médico, estatística e almoxarifado;
- Serviços de alimentação, nutrição e dietética;
- Tratamento das complicações e intercorrências que possam ocorrer ao longo do procedimento assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na da recuperação.

1.1 GRADE DE SERVIÇOS

1.1.1 Serviços Ambulatoriais



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Procedimentos com finalidade diagnóstica

- Diagnóstico em Laboratório Clínico
- Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia
- Diagnóstico por Radiologia
- Diagnóstico por Ultrassonografia
- Diagnóstico por Endoscopia
- Métodos Diagnósticos em Especialidades

Procedimentos clínicos

- Consultas e Procedimentos

Procedimentos cirúrgicos

- Pequenas Cirurgias
- Cirurgia do Aparelho Geniturinário: útero e anexos
- Outras Cirurgias: Debridamento

1.1.2 Serviços Hospitalares

Procedimentos clínicos

Referência para Cirurgias Eletivas

- Cirurgia do Aparelho Digestivo
- Cirurgias do Aparelho Geniturinário: Cirurgias Urológicas e Cirurgias Ginecológicas
- Cirurgia de Mama
- Outras Cirurgias: Debridamento
- Cirurgias Oftalmológicas

Retaguarda de Enfermaria

- Leitos Clínicos
- Leitos Cirúrgicos

3. CAPACIDADE INSTALADA DISPONIBILIZADA

Leitos	Tipo de leito	Quantidade de leitos
Enfermaria	Clínica	30
	Cirúrgica	10
	Isolamento	01

O prestador disponibilizará a capacidade instalada e operacional de leitos SUS hospitalares cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde SCNES, condizentes e em quantidades suficientes para cumprimento da produção prevista neste, remanejáveis segundo a necessidade da rede por determinação do Complexo Regulatório do Estadual, desde que devidamente justificado e com ratifico do Secretário de Estado da Saúde.

3. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A contratada deverá estar organizada para atuar, com eficiência e eficácia, nas seguintes áreas:

- Assistência Integral à Saúde - assistência à saúde;
- Regulação do acesso à assistência;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- Humanização do atendimento - políticas prioritárias do SUS;
- Gestão - processos de Gestão do SUS.

3.1 Assistência Integral à Saúde

A assistência à saúde a ser prestada pela contratada deverá se desenvolver de modo a garantir a realização de todos os procedimentos que se façam necessários para o atendimento integral das necessidades dos usuários que lhe forem direcionados.

3.2 Regulação do Acesso à Assistência

3.2.1 A Contratada deverá submeter-se integralmente aos regramentos e determinações do Sistema Interfederativo de Garantia de Acesso Universal (SIGAU), disponibilizando sua capacidade instalada em todas as áreas contratadas ao Complexo Regulatório e observando as regras de acesso (Protocolos de Regulação) por ele estabelecidas.

3.2.2 Todos os procedimentos contratualizados serão regulados pela contratante, através do Complexo Regulatório/SIGAU, cabendo à contratada montar a estrutura adequada para atendimento destes pacientes nas especialidades contratadas, que deverão ser realizadas dentro do prazo de validade da autorização do Sistema de Regulação.

3.2.3 Os pacientes que receberem alta hospitalar deverão ser contra-referenciados aos ambulatórios de especialidade ou Rede Básica de seus municípios, com Relatório de Alta Hospitalar.

3.2.4 Os atendimentos ambulatoriais e hospitalares, de média e alta complexidade, de natureza eletiva, serão disponibilizados aos usuários do SUS Sergipe que apresentarem essa necessidade identificada na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS/SE, através do SIGAU, tudo devidamente regulado. Os procedimentos eletivos serão atendidos mediante prévia autorização/regulação do SIGAU, dentro da capacidade instalada pela contratada, nos termos do contrato.

3.2.5 Os internamentos eletivos deverão ser efetivados pelo hospital, após Laudos Médicos para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar – LMAIH autorizados e regulação do SIGAU e com execução prevista nos termos do contrato,

3.2.6 Os pacientes que receberam alta hospitalar terão garantido o retorno pós-cirúrgico; e após, deverão ser contra-referenciados aos ambulatórios de especialidades ou Atenção Primária de seus municípios, com relatório de alta hospitalar.

3.3 Humanização do Atendimento

A humanização deverá ser o eixo norteador das práticas de atenção e gestão, constituindo uma nova relação entre o usuário, os profissionais que o atendem e a comunidade, através do desenvolvimento e implantação do Programa Nacional de Humanização.

3.4 Gestão

O contrato em questão deverá contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de Gestão Hospitalar, assim como para os Processos de Gestão do SUS, de modo a maximizar os recursos alocados em benefício da população, para isso as diretrizes assistenciais, como acolhimento e classificação de risco, equipe de referência, horizontalização do trabalho, com diaristas principalmente na retaguarda e emergência (área crítica e de internação), e contra-referência para a continuidade do tratamento, devem ser contempladas. Além dos processos de gestão implementados pela Direção do serviço para o acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços, deverá também alimentar, sistemática e rotineiramente, os sistemas oficiais,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE

ambulatorial e hospitalar, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde especialmente o sistema de Regulação Estadual.

Através desses sistemas deverão ser obtidos os principais relatórios gerenciais, referentes à atividade assistencial desenvolvida pelo estabelecimento em atenção ao SUS, para a apreciação da Comissão de Acompanhamento do Contrato.

4. PROGRAMAÇÃO DE ATENDIMENTO/PLANO OPERATIVO

4.1 PROGRAMAÇÃO AMBULATORIAL

TABELA I	
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	PROGRAMAÇÃO MENSAL
02.02 DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	6.600
02.03.01 EXAMES CITOPATOLÓGICOS	60
02.03.01.001-9 EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	30
02.03.01.008-6 EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	30
02.03.02 EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS	320
02.03.02.003-0 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO/PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIÓPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	200
02.03.02.006-5 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DE MAMA-BIÓPSIA	30
02.03.02.002-2 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRÚRGICA	30
02.03.02.007-3 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DE MAMA - PEÇA CIRÚRGICA	30
02.03.02.008-1 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIÓPSIA	30
02.04 DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA	600
02.04.01.003-9 RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	
02.04.01.004-7 RADIOGRAFIA DE ARCADEA ZIGOMATICO-MALAR (AP + OBLIQUAS)	
02.04.01.005-5 RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	
02.04.01.006-3 RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	
02.04.01.007-1 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIQUA / BRETTON + HIRTZ)	
02.04.01.008-0 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	
02.04.01.010-1 RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	
02.04.01.011-0 RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	
02.04.01.012-8 RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HISRTZ)	
02.04.01.013-6 RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITARIA (LOCALIZACAO DE CORPO ESTRANHO)	
02.04.01.014-4 RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN +LATERAL + HIRTZ)	
02.04.01.013-6 RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	
02.04.02.003-4 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	
02.04.02.004-2 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	
02.04.02.006-9 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	
02.04.02.006-9 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	
02.04.02.007-7 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/OBLIQUAS)	
02.04.02.008-5 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	
02.04.02.009-3 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

02.04.02.010-7 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	
02.04.02.011-5 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	
02.04.02.012-3 RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	
02.04.03.005-6 RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL + OBLIQUA)	
02.04.03.006-4 RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	
02.04.03.007-2 RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	
02.04.03.008-0 RADIOGRAFIA DE ESOFAGO	
02.05 DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA	350
02.05.02.003-8 ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	25
02.05.02.004-6 ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	25
02.05.02.005-4 ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	25
02.05.02.006-2 ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	25
02.05.02.007-0 ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	25

02.05.02.009-7 ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	25
02.05.02.009-7 ULTRASSONOGRAFIA AXILAR BILATERAL	25
02.05.02.010-0 ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	25
02.05.02.011-9 ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	25
02.05.02.012-7 ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE	25
02.05.02.016-0 ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	25
02.05.02.018-6 ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	25
02.05.01.003-2 ECOCARDIOGRAFIA TRANSTÓRACICA	40
02.05.01.001-6 ECOCARDIOGRAFIA DE STRESS	10
02.09 DIAGNÓSTICO POR ENDOSCOPIA	50
02.09.01.002-9 COLONOSCOPIA C/S BIÓPSIA	15
02.09.01.003-7 ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA C/S BIÓPSIA	20
02.09.01.005-3 RETOSSIGMOIDOSCOPIA	15
02.11 MÉTODOS DIAGNÓSTICOS EM ESPECIALIDADES	430
02.11.02.003-6 ELETROCARDIOGRAMA	300
02.11.02.004-4 MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTÉR 24 H (3 CANAIS)	45
02.11.02.005-2 MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (M.A.P.A)	45
02.11.02.006-0 TESTE DE ESFORÇO / TESTE ERGOMÉTRICO	40
03 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	2.760
03.01.01.004-8 CONSULTA PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	240
03.01. CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	520
03.01.01.007-2 CONSULTA EM CARDIOLOGIA ADULTO	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM REUMATOLOGIA ADULTO	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM GINECOLOGIA	40
03.01.01.007-2 CONSULTA EM CIRURGIA GERAL	200
03.01.01.007-2 CONSULTA EM GASTROENTEROLOGIA ADULTO	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM OFTALMOLOGIA	100
03.01.01.007-2 CONSULTA EM OTORRINOLARINGOLOGISTA ADULTO	20



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

03.01.01.007-2 CONSULTA EM NEUROLOGIA ADULTO	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM PEDIATRIA	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM PROCTOLOGIA	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM PSIQUIATRIA ADULTO	20
03.01.01.007-2 CONSULTA EM PNEUMOLOGIA ADULTO	20
03.01.10.001-2 ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	2.000
04 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	195
04.01 PEQUENAS CIRURGIAS	135
04.01.01.001-5 CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	50
04.01.01.004-0 ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA	10
04.01.01.005-8 EXCIÇÃO DE LESÃO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA	20
04.01.01.007-4 EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS/CISTO SEBACEO/LIPOMA	20
04.01.01.010-4 INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	5
04.01.01.011-2 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTÂNEO	5
04.01.01.012-0 RETIRADA DE LESÃO POR SHAVING	5
04.09.06.009-7 EXERESE DE POLIPO DE UTERO	20
04.15 DEBRIDAMENTO	10
04.15.04.004-3 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / NECROSE	10
04.17 ANESTESIOLOGIA	50
04.17.01.006-0 SEDAÇÃO	50
TOTAL AMBULATORIAL (TABELA I)	11.365

4.2 PROGRAMAÇÃO HOSPITALAR

TABELA II	
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES	PROGRAMAÇÃO MENSAL
03 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	52
04 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	51
04.07 CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO, ORGÃOS ANEXOS E PAREDE ABDOMINAL (DEMAIS PROCEDIMENTOS)	2
04.07.04.022-6 REPARAÇÃO DE OUTRAS HÉRNIAS	2
04.09 CIRURGIA DO APARELHO GENITURINÁRIO	47
CIRURGIAS UROLÓGICAS (04.09.04 / 04.09.05)	33
04.09.04.023-1 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARICOCELE	3
04.09.04.024-0 VASECTOMIA	30
CIRURGIAS GINECOLÓGICAS (04.09.06 / 04.09.07)	14
04.09.06.002-2 COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/AMPUTAÇÃO DE COLO	2
04.09.06.012-7 HISTERECTOMIA SUBTOTAL	2
04.09.06.019-4 MIOMECTOMIA	2
04.09.06.021-6 OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	2
04.09.06.023-2 SALPINGECTOMIA UNI/BILATERAL	2
04.09.07.006-8 COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	2
04.09.07.008-4 COLPOPLASTIA ANTERIOR	2
04.15.04 DEBRIDAMENTO	2
04.15.04.003-5 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	2
TOTAL HOSPITALAR (TABELA II)	103



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

TABELA III	
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES	PROGRAMAÇÃO MENSAL
04.10 CIRURGIA DE MAMA	25
04.10.01.007-3 MAMOPLASTIA REDUTORA	25
TOTAL HOSPITALAR - FAEC (TABELA III)	25
TABELA IV	
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES	PROGRAMAÇÃO MENSAL
04.07 CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO, ORGÃOS ANEXOS E	83
PAREDE ABDOMINAL (DEMAIS PROCEDIMENTOS)	
04.07.02.028-4 HEMORRIDECTOMIA	1
04.07.03.002-6 COLECISTECTOMIA	45
04.07.04.012-9 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	10
04.07.04.006-4 HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	3
04.07.04.008-0 HERNIOPLASTIA INCISIONAL	2
04.07.04.009-9 HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	2
04.07.04.010-2 HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	20
04.09 CIRURGIA DO APARELHO GENITURINÁRIO	141
CIRURGIAS UROLÓGICAS (04.09.04 / 04.09.05)	5
04.09.04.021-5 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIDROCELE	2
04.09.05.008-3 POSTECTOMIA	3
CIRURGIAS GINECOLÓGICAS (04.09.06 / 04.09.07)	136
04.09.06.010-0 HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	5
04.09.06.011-9 HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI/BILATERAL)	4
04.09.06.013-5 HISTERECTOMIA TOTAL	55
04.09.06.018-6 LAQUEADURA TUBÁRIA	70
04.09.07.005-0 COLPOPERIONEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	2
TOTAL HOSPITALAR - FAEC (TABELA IV)	224
TABELA V	
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES	PROGRAMAÇÃO MENSAL
04.05.03.006-1 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO	50
TOTAL HOSPITALAR - OFTALMOLOGIA (TABELA V)	50
TABELA VI	
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES	PROGRAMAÇÃO MENSAL
04.05.03.001-0 FACOEMULSIFICAÇÃO COM LENTE INTRAOCULAR	50
04.05.05.028-3 SUBSTITUIÇÃO DE LENTE INTRA-OCULAR	50
TOTAL HOSPITALAR - OFTALMOLOGIA FAEC (TABELA VI)	100



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

5. TABELA DE INDICADORES E PONTUAÇÃO

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Produção de Atendimento de Urgência e Emergência	Percentual de atendimentos realizados em relação à meta mensal programada	Sistema de Informação Assistencial / Relatório da Unidade	30 pontos
Tempo Médio para Classificação de Risco	Percentual de pacientes classificados em até 20 minutos após a chegada à unidade	Sistema de Classificação de Risco / Prontuário	20 pontos
Taxa de Resolutividade da Porta	Percentual de Atendimentos resolvidos na própria unidade, sem necessidade de transferência evitável	Sistema Hospitalar / Regulação	20 pontos
Taxa de Permanência Prolongada (>24h)	Percentual de pacientes da urgência com permanência superior a 24 horas na porta	Sistema Hospitalar	15 pontos
Regularidade na Alimentação dos Sistemas Oficiais	Percentual de dias do mês com envio correto e tempestivo das informações assistenciais	SIA/SIH ou Sistema Estadual	15 pontos
TOTAL			100 pontos

6. METODOLOGIA PARA PAGAMENTO

Os componentes assistenciais previstos na contratação deverão observar a seguinte metodologia de remuneração:

- Componente Pré-Fixado:** pagamento mediante repasse mensal previamente estabelecido no Plano Operativo, condicionado ao cumprimento das metas qualitativas pactuadas, observada a metodologia de avaliação e aplicação de escalonamento prevista contratualmente;
- Programação Ambulatorial e Programação Hospitalar:** pagamento vinculado à produção efetivamente realizada, processada e aprovada nos sistemas oficiais de informação do Sistema Único de Saúde – SUS, observados os limites físicos e financeiros pactuados, bem como a metodologia de escalonamento definida no instrumento contratual;
- Procedimentos financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC, inclusive Oftalmologia FAEC:** pagamento condicionado à produção efetivamente realizada e aprovada nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, em conformidade com as normas federais aplicáveis e disponibilidade de habilitação vigente;
- Programação Hospitalar Oftalmológica:** pagamento vinculado à produção efetivamente realizada e aprovada nos sistemas oficiais do SUS, observadas as metas físicas e quantitativos pactuados no Plano Operativo.

6.1 ESCALONAMENTO DE PAGAMENTO



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

O pagamento das metas quantitativas pactuadas será realizado conforme o desempenho apurado no período de avaliação, observando-se as seguintes faixas de desempenho e respectivos percentuais de pagamento:

PERCENTUAL FINAL APURADA	DESEMPENHO (%)	PERCENTUAL DO INCENTIVO
Abaixo de 60 pontos	Abaixo de 60%	Equivalente à pontuação obtida
60 a 69 pontos	60% a 69%	70%
70 a 79 pontos	70% a 79%	80%
80 a 89 pontos	80% a 89%	90%
90 a 100 pontos	≥ 90%	100%

7. QUADRO CONSOLIDADO – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Os valores abaixo, refletem a proposta aprovada pela CONTRATANTE, presente nos autos do processo nº 48.944/2025 fls. 138/148:

I – COMPONENTE PRÉ-FIXADO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Porta de Urgência e Emergência	300.000,00	3.600.000,00
TOTAL PRÉ-FIXADO	300.000,00	3.600.000,00

II – PROGRAMAÇÃO AMBULATORIAL

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Diagnóstico em Laboratório Clínico	89.166,00	1.069.992,00
Exames Citopatológicos	4.213,50	50.562,00
Exames Anatomopatológicos	56.618,60	679.423,20
Diagnóstico por Radiologia	18.186,00	218.232,00
Diagnóstico por Ultrassonografia	42.028,53	504.342,36
Diagnóstico por Endoscopia	26.363,45	316.361,40
Métodos Diagnósticos em Especialidades	27.344,10	328.129,20
Procedimentos Clínicos Ambulatoriais	56.216,00	674.592,00
Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais	40.747,15	488.965,80
Anestesiologia	22.725,00	272.700,00
TOTAL AMBULATORIAL	360.883,33	4.330.599,96

III – PROGRAMAÇÃO HOSPITALAR

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Procedimentos Clínicos Hospitalares	89.026,08	1.068.312,96
Procedimentos Cirúrgicos Hospitalares	111.705,45	1.340.465,40
TOTAL HOSPITALAR (MAC)	200.731,53	2.408.778,36



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

IV – PROGRAMAÇÃO HOSPITALAR – FAEC

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Cirurgia de Mama (Mamoplastia Redutora)	322.862,00	3.874.344,00
Cirurgia do Aparelho Digestivo	267.862,76	3.214.353,12
Cirurgia do Aparelho Geniturinário	305.674,56	3.668.094,72
Oftalmologia – Pterígio	50.000,00	600.000,00
Oftalmologia – Demais Procedimentos	65.824,00	789.888,00
TOTAL FAEC	1.012.223,32	12.146.679,84

V – RESUMO GERAL DA PROPOSTA

COMPONENTE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Pré-Fixado	300.000,00	3.600.000,00
Ambulatorial	360.883,33	4.330.599,96
Hospitalar	200.731,53	2.408.778,36
FAEC	1.012.223,32	12.146.679,84
TOTAL GERAL	1.873.838,18	22.486.058,16